



Educação Infantil

Maria Malta Campos

Nos países que levam a educação a sério, a educação das crianças pequenas, nos anos anteriores ao ingresso na escola primária, também é considerada um assunto que deve ser levado a sério.

Para dar um exemplo, na França, as chamadas escolas maternas, criadas como parte do sistema nacional de educação em 1881, hoje recebem quase toda a população infantil na faixa dos 3 aos 5 anos de idade, sendo 80% delas em estabelecimentos públicos. A mais recente reforma no sistema de formação de professores, introduzida em 1991/1992, exige um curso equivalente ao mestrado para a docência nessas escolas: dois anos de formação após o diploma universitário. Os professores de Educação Infantil, da mesma forma que seus colegas do ensino elementar e secundário, são classificados no mais alto grau do serviço público francês, a categoria A (Unesco, 2006).

Os motivos que justificam a crescente importância que vem sendo conferida à Educação Infantil são de diversas naturezas. Em primeiro lugar, decorrem das profundas mudanças ocorridas no papel da mulher na sociedade moderna, e as conseqüentes transformações nos arranjos familiares que envolvem a proteção, o cuidado e a educação dos filhos. Em segundo, são reflexo das condições de vida nas cidades, onde agora vive a maioria das populações das nações industrializadas, que provocaram grandes mudanças na forma como as crianças vivem sua infância. Em terceiro, estão fundamentados na evolução das pesquisas científicas sobre o desenvolvimento infantil, as quais apontam a enorme importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social dos seres humanos, assim como nos estudos que constata que a frequência a boas pré-escolas melhora significativamente o aproveitamento das crianças na escola primária, especialmente no caso de alunos de baixa renda¹. Finalmente, indicam o reconhecimento, no plano internacional, dos direitos da criança, que incluem o direito à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Direitos esses que vêm sendo

¹ Ver pesquisa em andamento no Reino Unido, conduzida pela Universidade de Londres. (*The EPPE Project*).

conquistados e reafirmados graças à mobilização das mulheres, dos educadores e de todos aqueles que desejam viver em sociedades mais justas e democráticas.

No Brasil, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1996 definem a Educação Infantil como um direito da criança de 0 a 6 anos de idade e como parte integrante do sistema educacional, constituindo a primeira etapa da Educação Básica, composta também pelo Ensino Fundamental – obrigatório – e Médio.

Essa definição legal introduziu mudanças importantes: primeiro, agregou as creches para crianças de 0 a 3 anos aos sistemas educacionais; segundo, definiu como formação mínima para os professores o curso de magistério no nível médio e como meta, a formação em nível superior; terceiro, estabeleceu claramente a responsabilidade do setor público com respeito à oferta de vagas na Educação Infantil, respeitando a opção das famílias, ou seja, sem o caráter obrigatório que caracteriza o Ensino Fundamental; e quarto, adotou um critério universal – o da idade – para diferenciar a creche da pré-escola, esta última dirigida às crianças entre 4 e 6 anos de idade. A legislação também determinou que os municípios devem, prioritariamente, atender à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

1. A realidade do atendimento no país

1.1. Antecedentes

Como sabemos, em nosso país nem sempre a realidade corresponde ao que determina a lei. No entanto, no caso da Educação Infantil, pode-se dizer que a realidade andou mais depressa do que as definições legais, no sentido de que o atendimento em creches e pré-escolas cresceu significativamente antes mesmo da legislação educacional preocupar-se com elas.

Por um lado, as famílias de classe média buscaram matricular seus filhos com idades cada vez menores em instituições particulares; por outro lado, foram implantados diversos programas governamentais dirigidos à população mais pobre, como por exemplo as creches casulo da antiga LBA – Legião Brasileira de Assistência. A partir do final da década de 1970, a demanda e o protagonismo das famílias trabalhadoras começou a se fazer sentir de forma mais visível, por meio dos movimentos sociais urbanos que reivindicavam creches.

Na cidade de São Paulo, na década de 1930 o então secretário de Cultura, Mário de Andrade, criou os Parques Infantis, localizados nos bairros operários, que atendiam crianças em período integral, com uma proposta educacional, cultural e ambiental bastante inovadora. Essas instituições foram o embrião das atuais EMEIS – Escolas Municipais de Educação Infantil, a maioria delas funcionando em três turnos diários, que atendem hoje cerca de 270 mil crianças de 4 a 6 anos.

Outra origem importante são as creches no local de trabalho, algumas bastante antigas, fundadas em indústrias têxteis e outras criadas na década de 1980, inclusive em órgãos públicos. A legislação trabalhista da década de 1930 previa essa modalidade, mas ela nunca se tornou uma realidade na maioria das empresas.

Assim, quando a atual Constituição e depois a nova LDB foram votadas, a oferta de Educação Infantil já era significativa, porém organizada de forma caótica, com

diversos órgãos oficiais atuando paralelamente, com preocupações predominantemente assistenciais, de forma descontínua no tempo e levando a percursos escolares distintos para crianças de diferentes grupos sociais, sendo as creches geralmente voltadas para as famílias mais pobres, administradas por entidades filantrópicas ou comunitárias conveniadas com diversos órgãos públicos, as crianças ali permanecendo até o ingresso no ensino primário, muitas vezes em condições precárias e sem nenhuma programação pedagógica.

1.2. O atendimento em números

De um total de 21 milhões de crianças de 0 a 6 anos no país, 38% estavam matriculadas na Educação Infantil em 2003, de acordo com o IBGE. A porcentagem de crianças matriculadas era bem mais alta na faixa de 4 a 6 anos: 68%, em comparação com 12% na faixa de 0 a 3 anos de idade (IBGE, 2004).

Se considerarmos somente a faixa correspondente à pré-escola, essa porcentagem nos coloca acima de países como a China e o Peru, mas abaixo de México, Chile, Coreia do Sul, Suécia e França, por exemplo (UNESCO/OCDE, 2005).

Os números também revelam que o acesso à Educação Infantil no Brasil não é equitativo: as crianças de famílias com maior renda, brancas, com mães de escolaridade mais alta, que trabalham, residentes na zona urbana, estão matriculadas em proporções significativamente superiores às de famílias mais pobres, negras, com mães de escolaridade baixa e/ou residentes na zona rural, entre outros atributos (Kappel, 2005).

A Tabela 1 mostra que a porcentagem de crianças escolarizadas, nas duas faixas etárias, é menor justamente para as famílias de renda mais baixa.

Tabela 1 – Taxas de escolarização de crianças de 0 a 6 anos segundo a faixa de renda familiar mensal per capita em salários mínimos– Brasil, 2003

| Renda familiar per capita | 0-3 anos | 4-6 anos |
|----------------------------|----------|----------|
| Até meio salário mínimo | 8,0% | 60,8% |
| Mais de 3 salários mínimos | 28,3% | 94,6% |

Fonte: IBGE, *Síntese de Indicadores Sociais*, 2004, p. 202-203

A LDB abriu a possibilidade de as crianças de 6 anos serem matriculadas na 1ª série do Ensino Fundamental. A realidade vem mostrando essa tendência: em 2001, 25% das crianças de 6 anos já estavam cursando a 1ª série no país, percentual que vem crescendo nos últimos anos. Infelizmente, também é verdade que parcela significativa de crianças de 7 anos e mais continuavam indevidamente retidas na pré-escola: 627 mil na faixa de 7 a 9 anos e 38 mil com mais de 9 anos! (Kappel, 2005).

No início de 2006, foi aprovada uma nova lei, que aumentou de 8 para 9 anos a duração do Ensino Fundamental, determinando seu início aos 6 anos e não mais aos 7

anos. Os sistemas e as escolas estão tentando adaptar-se a essa diretriz. Essa mudança deverá levar à universalização do atendimento na faixa dos 6 anos, porém apresentando o risco de antecipar a nociva experiência da repetência para crianças menores de 7 anos, nas redes e escolas que ainda não adotaram o sistema de ciclos de aprendizagem.

1.3. A qualidade da Educação Infantil

Os sérios problemas de qualidade que são registrados na Educação Infantil significam um grande desafio, pois as crianças pequenas constituem o segmento etário mais frágil e indefeso com relação a condições adversas de cuidado e educação. No caso da faixa mais próxima do nascimento, são crianças que ainda não falam e não se locomovem sozinhas, e que nem sempre conseguem manifestar seu descontentamento aos responsáveis.

Existe ainda uma quantidade indefinida de instituições funcionando à margem dos sistemas educacionais, fora da supervisão oficial e nem mesmo contabilizadas nas estatísticas. Mesmo no caso daquelas cobertas pelos Censos Escolares do MEC, uma parte expressiva não conta com as condições mínimas de infra-estrutura definidas no PNE – Plano Nacional de Educação.

Outro importante indicador de qualidade, a qualificação dos professores, também revela problemas: em 2002, 64% das funções docentes na pré-escola tinham nível médio e apenas 23% nível superior de formação. Para a creche a situação é bem mais precária e ainda não está bem retratada nas estatísticas oficiais. Como exemplo, na cidade de São Paulo, que conta com a maior e mais consolidada rede pública de creches do país, em 2001, 50% das educadoras de creche tinham menos que o nível médio de escolaridade (MEC, 2006).

Entretanto, mesmo no caso dos professores formados em nível médio e superior, a qualificação para o trabalho com crianças pequenas, especialmente em período integral, continua bastante insuficiente e inadequada, como mostra um levantamento sobre pesquisas recentes realizadas no país (Campos, Fullgraf e Wiggers, 2006).

1.4. Desafios que permanecem

A comissão da Unesco/OCDE² que realizou em 2005 um diagnóstico sobre a Educação Infantil no Brasil concluiu que as mudanças legais introduzidas na década de 1990 foram bastante positivas, porém constatou a permanência de problemas sérios no acesso e na qualidade da Educação Infantil em nosso país, os quais resumimos a seguir:

A - a transição das creches para os sistemas educacionais não se completou e representa um difícil desafio para os setores públicos responsáveis. Constata-se uma sobreposição de ação da área de assistência social, que ainda responde por instituições comunitárias conveniadas e nem sempre trabalha em colaboração com a área educacional;

² Essas duas organizações internacionais vêm realizando diversos diagnósticos sobre a Educação Infantil no mundo. O Brasil foi incluído em estudo comparativo que também cobriu a Indonésia, o Cazaquistão e o Quênia. O projeto incluiu uma visita de quatro especialistas internacionais ao Brasil; esta autora atuou como especialista nacional convidada junto à comissão, participando dos estudos preparatórios, da visita e da redação do relatório final (UNESCO/OCDE, 2005).

B – o financiamento da Educação Infantil é insuficiente em grande parte dos municípios e a população atendida não conta com recursos próprios para suprir os custos desses serviços. O gasto médio por criança/ano na pré-escola no Brasil é muito inferior ao registrado em países como Argentina, Uruguai, Chile e México e quase um quarto menos do que a média dos países que integram a OCDE. Essas constatações levaram a comissão a recomendar um aumento dos investimentos federais na Educação Infantil, com o objetivo de suprir as carências quantitativas e qualitativas e de exercer um papel equalizador sobre as enormes desigualdades observadas no país;

C – a despeito dos esforços promovidos pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Educação em orientar o trabalho das redes e instituições no que diz respeito às instalações, materiais, pessoal, cuidados com a saúde, proporção adulto/criança de acordo com os grupos de idade, currículo e gestão das unidades, a fiscalização e supervisão das creches e pré-escolas é falha e situações de risco para as crianças permanecem em muitos casos, nos diversos tipos de atendimento: público, conveniado e particular;

D – a situação das creches é quase sempre pior do que aquela encontrada nas pré-escolas; as creches comunitárias, que atendem aos segmentos mais pobres da população, são justamente aquelas que apresentam as piores condições de funcionamento, muitas delas contando apenas com os poucos recursos da própria comunidade;

E - os governos estaduais têm se mostrado omissos em relação a suas responsabilidades quanto à Educação Infantil, tanto na função de apoio aos municípios mais pobres, como em seu papel legal específico na formação de professores de creche em nível médio e superior e na supervisão do atendimento naqueles municípios que não constituíram seus sistemas de educação próprios e integram o sistema estadual;

F – mesmo reconhecendo que já é significativa a porcentagem de professores formados na Educação Infantil, a comissão verificou que os currículos dos cursos de formação, tanto no nível médio como no superior, reservam pouco espaço para conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil na faixa de 0 a 6 anos de idade e os estágios geralmente não cobrem a prática do trabalho em creches;

G – a comissão identificou como problema sério a pequena preocupação que constatou nas escolas com a programação de atividades com as crianças, avaliada como pouco diversificada, rígida e presa a rotinas empobrecidas, levando à ociosidade e representando pouco estímulo a seu desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo, cultural e social. Os documentos oficiais sobre currículo são pouco divulgados e suas orientações são quase sempre ignoradas;

H – foi também apontada a insuficiente integração entre a pré-escola e a 1ª série do Ensino Fundamental, dificuldade que coloca em risco o aproveitamento das crianças nessa importante etapa de sua escolaridade.

2. Perspectivas para o futuro

A realidade educacional brasileira representa hoje um enorme desafio. Sem enfrentá-lo de forma responsável, o país terá dificuldades em superar suas inaceitáveis desigualdades sociais e consolidar sua democracia.

A importância da Educação Infantil nesse contexto não pode mais ser ignorada. Porém, o que os anos recentes mostraram é que o cobertor continua pequeno para as necessidades educacionais como um todo e as reformas introduzidas muitas vezes levam

a que esse mesmo cobertor seja puxado para lá e para cá, sempre deixando a descoberto partes importantes da educação. Por exemplo, ao priorizar a universalização do Ensino Fundamental, o governo anterior implantou o Fundef, engenhosa subvinculação das verbas estaduais e municipais já existentes reservadas à educação; porém, sem aumentar o tamanho do cobertor, acabou prejudicando outros níveis de ensino, como a Educação Infantil, o Ensino Médio e o Ensino Superior. Atualmente, o projeto de um novo fundo, o Fundeb, em discussão no Congresso, pretende corrigir esses problemas; no entanto, se novamente o cobertor não for aumentado significativamente, corre-se o risco de retrocessos no Ensino Fundamental e de poucos progressos na Educação Infantil.

Mas é no momento da implementação das definições legais que a educação acaba levando a pior, seja por falhas na supervisão, corrupção ou uso inadequado dos recursos. Na competição por recursos e atenção das autoridades e da opinião pública, a Educação Infantil, principalmente aquela dirigida às crianças mais pobres, entra sempre em desvantagem. Ainda predomina uma visão de que para a criança pequena qualquer coisa serve: não se valoriza o profissional que trabalha com ela, não se julga que livros, materiais pedagógicos e brinquedos são necessários no dia-a-dia e não existe preocupação com crianças passando longas horas em ambientes insalubres, longe do contato com a natureza e forçadas a contínuos períodos de ociosidade. No fundo, muitos ainda culpam as mães por matricularem seus filhos em creches, acreditando que estariam melhor em casa, junto a suas famílias, esquecendo-se das péssimas condições de vida que parcela significativa delas enfrenta.

Mas existem grupos e setores importantes que lutam para transformar em realidade as conquistas legais: os Fóruns Municipais e Estaduais de Educação Infantil e o Mieib – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, assim como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, são exemplos desses esforços. Outras organizações, como a Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino, a Anped – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, sindicatos e entidades da sociedade civil também têm se mobilizado em favor da Educação Infantil. O desafio está posto e a sociedade brasileira possui condições para enfrentá-lo no presente.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Maria M.; FÜLLGRAF, Jodete e WIGGERS, Verena. A Qualidade da Educação Infantil Brasileira: Alguns Resultados de Pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006, p. 87-128.

The EPPE – Effective Provision of Pre-School Education Project. University of London. www.ioe.ac.uk/projects/eppe

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais, 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

KAPPEL, Dolores B. *As Crianças de 0 a 6 Anos no Contexto Sociodemográfico Nacional*.

In: KRAMER, Sonia. *Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação*. São Paulo: Ática, 2005, p.181-203.

MEC, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. *Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 2006. (Disponível no portal do MEC)

UNESCO/OECD Early Childhood Policy Review Project. *Policy Review Report: Early Childhood Care and Education in Brazil*. Paris: UNESCO, 2005. (Versão preliminar)

UNESCO. The Training and Working Conditions of Pre-school Teachers in France. *UNESCO Policy Brief on Early Childhood*. 2006. (No prelo)